

ATAQUE AOS CERRADOS: A SAGA DOS GERAIZEIROS QUE INSISTEM EM DEFENDER O SEU LUGAR

JOÃO SILVEIRA D'ANGELIS FILHO *
CARLOS ALBERTO DAYRELL **

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo buscaremos analisar as formas de ataque do capitalismo em sua fase mais truculenta e “verde”, através dos mecanismos modernos de expropriação material e simbólica sobre os Cerrados brasileiros e suas populações. Faremos um percurso de aproximação progressiva à questão, localizando inicialmente os mecanismos de instalação dos tentáculos das grandes corporações internacionais do agronegócio sobre a América Latina e o Brasil para, a seguir, mergulharmos numa realidade específica, o caso dos *geraizeiros* da Serra Geral, no Norte de Minas Gerais.

A partir das reformas reestruturantes nas duas últimas décadas do século XX, em que muda radicalmente o papel dos Estados Nacionais e as regras das relações comerciais entre países e blocos econômicos, passamos a viver um novo período de globalização, de derrubamento de fronteiras econômicas, políticas e de visões de mundo. Um novo modelo está se conformando a partir do liberalismo econômico e social, da abertura e integração dos mercados. Essa nova dinâmica impulsiona a inserção das regiões na economia mundial, baseada nas transformações produtivas do setor agroalimentar e nas novas oportunidades que se apresentam no comércio internacional. A década de 1990 define, notoriamente, mudanças radicais no velho paradigma da agricultura. Antes protegida em economias fechadas, com um pesado investimento estatal, especialmente limitada à produção primária e com uma precária vinculação com outros agentes econômicos, a agricultura transforma-se num setor articulado às políticas macroeconômicas, enfocando as vantagens comparativas, ampliando os serviços colaterais, integrados verticalmente e regionalmente e concentrando-se, cada vez mais, em pólos de desenvolvimento (BIRD, 1999).

A busca da competitividade se traduziu em esforços de redução de custos, aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. As estratégias usadas foram a expansão da escala de produção – no Brasil, em especial, de soja, carnes e frutas – e a mecanização, afetando, por conseguinte, o mercado de terras e a ocupação rural. A redução dos preços da terra e da mão-de-obra, e um cenário favorável de estabilidade política e macroeconômica, atraíram para a região investimentos privados e companhias multinacionais do agronegócio, impulsionando um processo de concentração e diversificação do comércio e da agroindústria. Especialmente no Brasil, Chile, México e Argentina, inicia-se um processo de fusão e concentração de empresas nacionais, como estratégia de aumento da capacidade de competição com as grandes corporações do setor de alimentos, que agora se apresentam no mercado.

A rápida expansão da economia internacional a partir dos centros dinâmicos, ou seja, a partir dos países cêntricos, cada vez mais depende de acesso às fontes de recursos naturais e da utilização das grandes reservas de mão-de-obra barata localizadas na periferia. Decorre daí três problemas: a apropriação dos frutos da expansão econômica, a orientação geral do processo de acumulação (Furtado, 1996: 71-74) e a governabilidade sobre a voracidade das meta-redes de negócios sobre os recursos biosféricos. O fluxo de riqueza produzido dentro desses complexos se move a partir do interesse dos que estão no centro do sistema. Às regiões, vistas como *rinconadas*, *sertões embrutecidos*, cabe receber estas atividades como ajuda ao desenvolvimento, mesmo sendo, na verdade, relegado a estas a pilhagem e o saque voraz de seus estoques de capital natural.

Desde esta perspectiva, o novo sistema mundial está tencionando a agricultura a uma escala global – conflito Estados Unidos da América versus Comunidade Econômica Européia –, incrementando a polarização entre pobreza e riqueza, e entre nações, regiões, comunidades e indivíduos. Um pequeno grupo de corporações domina a estrutura global de poder, direciona a produção e determina como se distribuem os elementos de bem-estar. Como conseqüências dessas mudanças, imensas manchas da América Latina são concedidas como *territórios livres* sobre os quais penetram os tentáculos de parte dos negócios de imensas corporações do setor de alimentos, insumos e logística. Sobre estes territórios se implanta uma agricultura tecnificada, integrada ao setor de insumos estrangeiros, às agroindústrias graneleiras e às mega-corporações do setor de alimentos, bebidas e fumo mas, fundamentalmente, integrada verticalmente ao mercado internacional. Mais recentemente, esse tipo de exploração veio a ser chamada de *agronegócio*.

Este novo movimento “civilizador” também se avizinha aos Cerrados do Brasil, sob as vestes modernas do agronegócio. Busca integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria prima barata, ora com os plantios homogêneos de eucalipto para produção de celulose e carvão que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este, ora com os pólos de agricultura irrigada, ora com a pecuária de corte ou os pólos de soja e algodão. Tais “boas novas”, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo.

Num artigo recente publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Carlos Porto Gonçalves (2004) nos alerta para dois fatos: primeiro, que o agronegócio tem crescido mais significativamente sobre os Cerrados, as Savanas brasileiras; segundo, que o mapa da violência no campo se sobrepõe ao mapa do agronegócio no Brasil, encaixando-se nos lugares onde este avança e se fixa. Tal constatação, que não repercute nos meios de comunicação de massa, nos faz acreditar nesse acordo tácito entre governos e corporações transnacionais na constituição de territórios livres onde, para a expansão do agronegócio, tudo é permitido: terras sem leis, como nos tempos malditos dos coronéis, e legislações agrária, trabalhista e ambiental relaxadas, criando as

condições para a instalação desses territórios, geridos por alinhavos feitos entre os governos e o capital privado de grande porte.

Ora, não podemos mais nos silenciar com relação a isto. Centenas e centenas de comunidades e economias camponesas são invisibilizadas. Paisagens e ecossistemas construídos por estas populações são a todo custo menosprezados e postos como inferiores de forma intencional, para, posteriormente, serem soterrados, seja pelo monobloco do complexo reflorestador-siderúrgico-celulósico, pelo complexo pecuário ou pelo complexo sojeiro, todos liderados pelo capital privado de grande porte. São testemunhas dessas cenas os geraizeiros dos Gerais de Minas, camponeses dos Gerais de Balsas, os camponeses do Sul do Maranhão e do Piauí, as comunidades Quilombolas e Indígenas espalhadas por Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso e as Quebradeiras de Coco das cercanias do Bico do Papagaio.

Henrique Leff (1998), em seu livro **Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad e poder**, afirma que o discurso da *“sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico”*. Em sua fase ecológica, o capital deixa de lado as formas tradicionais de apropriação violenta dos recursos das comunidades locais espalhadas pela periferia do sistema e põe em marcha formas menos truculentas, ainda que com as mesmas finalidades de apropriação, via um conjunto de mecanismos no encaixe dos propósitos da sustentabilidade. Uma operação simbólica está cuidando de vestir de legitimidade os novos mecanismos de expropriação. Um discurso generoso de preocupação com a natureza e com os impactos globais e uma visão prodigiosa e holística, nas cercanias da sustentabilidade, redefinem a biodiversidade como patrimônio comum da humanidade e cuida de reposicionar as comunidades do Terceiro Mundo como parte e a serviço desse capital internacional.

Enquanto a crise dos anos 80 desnudava a ilusão do desenvolvimento como saída para todos, a idéia do desenvolvimento sustentável veio dar novo fôlego à ideologia do desenvolvimento que entrava em fencimento. A dívida externa, a dívida interna e a crise ambiental se movem para o centro do debate mundial, colocando em risco o sistema de suprimento dos países do Norte. O desejo de que o desenvolvimento fosse sustentável e humano, propagado desde os países cêntricos, passou a ser a justificativa dos países do Norte e do Sul para ações humanitárias, perpetuando um sistema que mantém e aprofunda a exclusão, ao mesmo tempo em que pretende eliminá-la.

Para autores como Rist (1997) e Sachs (2000), o desenvolvimento foi sendo esvaziado de conteúdo, passando a ser um *conceito ameba*, ou um mero resíduo usado para justificar o processo de globalização. Segundo o próprio Leff (1998), na esteira do discurso da sustentabilidade é arrastado um conjunto de ferramentas novas do capital verde, vestindo de legitimidade simbólica os novos mecanismos de expropriação dos recursos comunitários, principalmente do Terceiro Mundo. Por fim, a ideologia do desenvolvimento sustentável, que

povoa nosso ecúmeno comum no final do século XX, traz em si a preocupação de sustentar o próprio desenvolvimento.

Os novos arsenais lançados nesta nova fase chamam-se Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), Comércio de Emissões, Créditos de Carbono, Certificação Verde, Concessões Florestais etc., todos eles instrumentos acordados internacionalmente, legislações bem intencionadas aos interesses de uma ideologia do desenvolvimento econômico que só têm sentido para aqueles que habitam o centro do sistema e se beneficiam com o balanço global de trocas, como veremos a seguir, ao apresentarmos a resistência e a luta de um povo singular dos Cerrados brasileiros: os geraizeiros da Serra Geral de Minas Gerais.

2. RESISTÊNCIA GERAIZEIRA

A Serra do Espinhaço, também conhecida como Serra Geral, corta o Sertão norte-mineiro de sul a norte até adentrar em terras baianas. Seus altiplanos rochosos vão dividindo águas que formam nascentes, ribeirões e riachos que encorpam os tributários de três grandes bacias hidrográficas: São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. A partir de Francisco Sá, em suas vastas chapadas, tabuleiros, carrascos, espigões, grotas e veredas, vive um povo secular, conhecido como geraizeiro. Suas origens se perdem no tempo: registros mais antigos remontam ao século XVII, com a chegada dos primeiros brancos, mas também de negros fugidos da escravidão e de pelo menos três nações indígenas (Catolé, Canacan e Dendy) que tiveram aí seus lugares de paragem ou de correrias (Costa, 1997). Inscricões rupestres, provavelmente da tradição Itaparica, são comuns de encontrar em muitas das grutas, sinalizando uma ocupação dos Gerais que remonta a 11.000 a.P. (antes do presente).

A agricultura geraizeira consiste no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóbora e batata doce, associado com a criação de gado bovino, aves e suínos. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os Cerrados (com seus tabuleiros, espigões e chapadas) fazem parte da estratégia produtiva, fornecendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. Além de proporcionar alimentos e remédios para o auto-sustento familiar, passa a desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda, pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos (STR/RPM e CAA/NM, 2004). A agricultura geraizeira surgiu de uma mescla de influências da agricultura indígena, colonial e negra, co-evoluindo através dos séculos, carregando traços de sociedades tão antigas quanto a dos caçadores coletores que viviam em ambientes dos Cerrados há pelo menos 10.000 anos atrás (Dayrell, 1998), constituindo-se atualmente numa viva manifestação do patrimônio cultural formador do processo civilizatório nacional e, portanto, passível de proteção pelo Estado (de acordo com os artigos 215 e 216 da **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988).

Até anos recentes, os geraizeiros desciam a Serra e iam vender ou trocar seus produtos nos mercados de Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul ou Salinas.

Ancorados num sistema complexo de manejo de uma diversidade de ambientes e da biota que compõem os Gerais (particularmente muito mais diverso nas regiões de transição para a Caatinga e Mata Atlântica do Semi-Árido brasileiro, como é o caso do Alto Rio Pardo), este povo teve – e ainda tem – uma importância fundamental na manutenção da vitalidade dos mercados deste o período colonial, na medida em que víveres oriundos dos Gerais compunham o rol de produtos (como farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, arroz e os mais diversos feijões, além de frutos e plantas medicinais) barganhados nas regiões mineradoras, garantindo o suprimento mesmo nos momentos cíclicos da seca. Mas a chegada dos anos 1970 provocou uma brusca mudança na paisagem sertaneja, invisibilizando ou desestruturando estes sistemas culturais de produção. Encurralados nas grotas, expropriados de seus territórios seculares, talvez milenares, este povo se vê obrigado a ir mudando suas estratégias de sobrevivência, resistindo no local ou migrando definitivamente para vilas e favelas dos centros urbanos.

Os que resistiram, passaram a viver apenas das grotas, pois os tabuleiros, chapadas e carrascos de onde tiravam lenha, madeira, frutas e plantas medicinais e colocavam seus animais para pastarem de forma coletiva foram brutalmente expropriados e tomados de assalto pela monocultura do eucalipto, incentivados por programas do governo de Minas Gerais e da União, que lhes tomaram suas terras e as alienaram ou arrendaram, não respeitando seus direitos ancestrais sobre o território. Neste novo contexto, foram obrigados a rearranjar seus sistemas produtivos nas grotas (ambiente do ponto de vista ecológico extremamente frágil), junto com a migração temporária para os cafezais e canaviais de São Paulo ou do Triângulo mineiro, ou então como bóias frias nas carvoeiras das empresas reflorestadoras (Brito, 2005).

Assim, centenas de famílias deixaram de descer a Serra para os mercados onde vendiam ou trocavam seus produtos culturais para se venderem como força de trabalho em condições degradantes, muitas das vezes privados até mesmo da liberdade, configurando-se como escravos em pleno século XX, uma servidão imposta para viabilizar os planos da modernidade que demandavam o aço, a celulose, o açúcar e o álcool, e ainda hoje o faz, com a retórica da necessidade de manter o superávit comercial ou afastar o *“sombrio fantasma do apagão florestal”*.

Porém, com o começo do término dos primeiros contratos de arrendamento realizados pelo governo mineiro com as reflorestadoras, no final dos anos 1990, as comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo iniciam um amplo movimento social visando resgatar pelo menos os 170 mil hectares de terra arrendados anteriormente. Agora mais organizados e com propostas mais concretas sobre as potencialidades dos Cerrados como estratégia de revitalizar a economia fragilizada dos pequenos municípios, reocupando-a com mão de obra e recuperando as águas e a vitalidade dos ecossistemas locais, o povo dos Gerais apresenta aos governos mineiro e federal o Projeto de Reconversão Agroextrativista da Monocultura do Eucalipto, que visa beneficiar diretamente pelo menos três mil famílias de geraizeiros.

Paralelo a isso, ampliam o leque de articulações, envolvendo Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a Via Campesina, a Rede Alerta contra o Deserto Verde e a Rede Cerrado. Não querem mais descer a Serra para vender sua força de trabalho de forma aviltante. Querem retomar seus territórios, promover a recuperação ambiental dos ecossistemas onde residem, vivendo *no* e *do* lugar legado pelos seus ancestrais, para, aí sim, voltarem a dinamizarem a economia local e regional, apresentando-se como geraizeiros em seus mercados.

3. O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ASSOCIADA AO COMPLEXO MONOCULTURAL E A INVISIBILIZAÇÃO CULTURAL DO SERTÃO

As transformações ocorridas na agricultura no bojo do processo de industrialização dos últimos cinquenta anos, em que pese o aumento significativo da produção e a ampliação da pauta produtiva destinada à exportação, provocaram profundas transformações no agro brasileiro. O padrão tecnológico adotado, ao se configurar hegemônico, tornou-se um dos vetores responsáveis pelo crescimento da concentração da produção e da terra, pela perda de renda da agricultura, pela deterioração da saúde dos trabalhadores, pelo agravamento das condições do solo, pela redução da biodiversidade (d'Angelis Filho, 2005), pelo comprometimento significativo dos recursos hídricos, particularmente em regiões de domínio dos Cerrados (Silva, 1999) e, principalmente, pela invisibilização de agroecossistemas complexos associados à diversidade cultural e ambiental brasileira.

Estas transformações coincidem com o domínio da ditadura militar, cuja visão geopolítica acenava para a necessidade de ocupar os denominados “vazios econômicos”, também concebidos como vazios de gente. Neste período temos o projeto da Rodovia Transamazônica, o avanço da fronteira agrícola sobre os Cerrados e a integração econômica do Nordeste com os centros dinâmicos da economia brasileira, esta última promovida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Silva (1999) analisa que este foi um período no qual a opção do militares se coadunava com uma vertente de economistas e gestores públicos cuja análise se confrontava com a visão desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que defendia uma revisão da estrutura agrária brasileira como estratégia de alteração do desempenho produtivo e mudança social no campo. A opção adotada pelo governo militar, instaurado pelas elites oligárquicas e comprometido com o capital internacional,

não via a reforma agrária como uma necessidade para a melhoria do desempenho do setor agro brasileiro, mas sim a baixa produtividade da mão de obra e das culturas, que não se alterariam pela simples divisão de terras pela reforma agrária. A partir daí, desencadeia um processo de mudança no setor rural brasileiro fundamentado na modernização da base tecnológica, incrementando-se a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e mecanização, sem mexer na estrutura agrária (d'Angelis Filho, 2005)

O Estado brasileiro cumpre, então, o papel de promover a estruturação da política agrícola e a reestruturação institucional em amplos setores, particularmente naqueles associados ao ensino, pesquisa e extensão, além de programas e projetos que contribuiriam com a modernização dos latifúndios e com a industrialização da agricultura *“como estratégia para o aumento da produção de produtos da pauta de exportação e a liberação de mão de obra do campo para constituição de um novo perfil de sociedade do tipo urbano-industrial”* (idem). Colocada a economia brasileira no rumo de um modelo de agricultura industrial (concentrador e homogeneizador por natureza), com a retórica de afastar o sombrio fantasma da fome no mundo moderno, modelo este disseminado pelos países do Norte em escala mundial, acreditava-se que as populações rurais, taxadas de primitivas e inferiores, galgariam passos largos rumo ao “desenvolvimento” (cf. Toledo, 1996).

Impactos significativos ocorreram em todas as regiões brasileiras, particularmente nas situadas em uma ampla faixa de transição dos Cerrados para a Caatinga sob o domínio do Semi-Árido brasileiro. Estas regiões foram objeto das políticas públicas pautadas tanto no sentido da expansão da fronteira agrícola dos Cerrados quanto das políticas de “integração econômica” promovidas pela Sudene. Como foi o caso do Norte de Minas Gerais, originariamente com 63% de sua área coberta com a vegetação dos Cerrados, mas possuindo uma extensa faixa de transição para a Caatinga numa região limítrofe ao Semi-Árido.

Nesta região, considerada uma das mais pobres do Estado, o processo de “desenvolvimento” ocorrido a partir dos anos 1970 não levou em conta as populações camponesas, indígenas, quilombolas, de pescadores e coletores que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade, deu-se início à modernização da região. Foram priorizados investimentos públicos e financiamentos subsidiados destinados a grandes projetos de pecuária, irrigação, reflorestamentos monoculturais de eucalipto e pinus, estímulo à monocultura do algodão e difusão de práticas agrícolas ditas modernas, associados à instalação de um parque agro-industrial e de indústrias extrativas e de ponta (têxteis, cimento, cerâmica, biotecnologia, veterinária, ótica etc., cf. Dayrell, 1998).

A nova paisagem configurada pelo processo desenvolvimentista afetou drasticamente os pilares de sustentação da agricultura familiar tradicional, construídos em séculos de convivência com os ecossistemas e seus limites agroambientais. Acentuou também os desníveis sócio-econômicos e os recursos naturais (biodiversidade, solos e água), os quais entraram num rápido processo de deterioração. Embora a média pluviométrica anual não tenha se alterado significativamente nos últimos quarenta anos, sua irregularidade acentuou-se tanto durante o ano quanto ao longo dos anos, e a região passou a sofrer com mais intensidade os efeitos das secas periódicas. De exportadora de alguns produtos básicos a região passou a importar, cada vez mais, alimentos de outras regiões. Destacamos três pilares de sustentação da agricultura tradicional abalados por este processo, e que vêm fragilizando as populações sertanejas:

- Restrição no acesso aos recursos naturais: terra para plantar (concentração ainda maior das terras), vegetação nativa para a coleta extrativista (frutas, madeira, plantas medicinais etc.) e criação de animais na solta Além disso, secamento dos principais rios, córregos e brejos da região que funcionavam como verdadeiros oásis em meio aos períodos de seca;
- Difusão em larga escala da uniformização de culturas (monoculturas) e de variedades de plantas cultivadas geneticamente uniformes, em substituição das variedades locais, selecionadas secularmente pelos agricultores e adaptadas às condições de estresses agroambientais;
- Limitação dos mercados e feiras livres provocada pelo empobrecimento dos municípios e pela competição que seus produtos enfrentam com os oriundos das agroindústrias, ensacados e enlatados. Os poucos recursos municipais passaram a ser drenados para outras regiões (cf. d'Angelis Filho, 2005).

A modernidade chegou ao Sertão associada ao arcaísmo das relações patrimonialistas, apropriando terras públicas anteriormente de uso comunal, com relações de trabalho escravo ou precário, com esquemas de burla e intimidação da fiscalização, degradação e descumprimento da legislação ambiental, relações que ainda persistem neste início de século XXI. Sob este manto (da modernidade), o avanço e a expansão do modelo monocultor agroexportador e de todo o complexo associado (barragens, grandes projetos de irrigação, carvoejamento etc.) tiveram no Cerrado um mero suporte físico de sustentação do superávit comercial e do lucro de corporações transnacionais e nacionais (Silva, 2005).

Entre os impactos vivenciados pelas populações do Sertão norte-mineiro, sob a égide das transformações promovidas pela modernidade, o mais cruel talvez refira-se ao processo de negação da existência do outro. A ideologia do desenvolvimento cunhada pelos países cêntricos toma corpo nos pós-Segunda Guerra Mundial, associando o progresso à noção do triunfo da razão sobre a barbárie, da cidade sobre o campo, da civilização sobre os selvagens. Nesta concepção, o progresso, visto como uma trilha a ser percorrida inexoravelmente por todos os povos, torna-se inimigo da diversidade cultural, não deixando que mais nada subsista ao seu lado (cf. d'Angelis Filho, 2005).

Voltando o nosso olhar para o contexto vivenciado pelas populações tradicionais norte-mineiras, Costa (1997) nos mostra a diversidade de “modos de vida” associados ao Sertão, numa história (muito pouco contada) de co-evolução com os ecossistemas locais, num sem número de comunidades baseadas na produção familiar. Estas comunidades têm sido sistematicamente ignoradas ou não reconhecidas pela maioria dos historiadores regionais e gestores de políticas públicas para o Norte de Minas Gerais. Seus membros

desenvolveram agroecossistemas complexos, fruto de uma interação historicamente construída entre natureza e sociedade. Populações que são detentoras de um saber tradicional, um capital humano construído

em anos de experimentação e co-evolução de suas práticas de transformações do meio (Dayrell, 1998)

O imbricamento das diversas populações existentes no território sertanejo propiciou a construção de um mosaico cultural associado aos geraizeiros, aos caatingueiros, aos negros aquilombados e aos indígenas (estes em constante confronto com a ocupação colonial), num processo de miscigenação que viabilizou a origem dos barranqueiros e vazanteiros do São Francisco e de outras áreas ribeirinhas do Norte de Minas Gerais. Entre os fatores históricos desta diversidade cultural regional destaca-se a ausência de uma *“dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil de algum produto sobre o qual a metrópole estabelecesse o régio controle direto”* (Porto Gonçalves, 2000: 22), o que provocou a invisibilização da economia norte-mineira no cenário econômico nacional, somada a um aspecto propriamente regional, que contribuiu para a constituição do Norte de Minas Gerais *“como um espaço estriado em camadas, com a interpenetração de culturas díspares e de projetos civilizatórios opostos, como a da resistência negra na luta por seu território, quando da expansão da fronteira agrícola”* (Costa, 2003: 64).

A lógica comandada pelo capital que adentrou pelos sertões a partir dos anos 1960 não reconhece os circuitos que não lubrificam a expropriação da mais-valia, que, em última análise, enriquecem os setores que lhes interessam, quais sejam, os arranjos produtivos associados aos grandes conglomerados (agro)industriais e ao sistema financeiro internacional. Uma incrível diversidade de espécies e variedades, uma infinidade de produtos advindos da produção sertaneja que circulava pelas feiras livres, pelos mercados locais, regionais e mesmo nacionais não tinham serventia à lógica de consumo dos novos tempos, não criavam *“dinamismo econômico”*. Os produtos eleitos como capazes de integrar (leia-se subordinar) a economia do Sertão aos centros dinâmicos da economia nacional e internacional foram o gado, o carvão (ligado ao complexo siderúrgico oriundo tanto dos desmatamentos da flora nativa quanto dos projetos monoculturais de eucalipto e pinus), os frutos tropicais (a exemplo da fruticultura irrigada nos perímetros dos projetos públicos da Barragem Bico da Pedra, Pirapora etc.) e as sementes selecionadas.

Nesta perspectiva, a diversidade cultural do Sertão era convenientemente vista como *“atrasada”*, os circuitos econômicos que alimentavam toda uma economia local e regional como marginais e incapazes, portanto, de *“gerar riquezas e sair da condição de subdesenvolvimento”*. Da mesma maneira, os condicionantes agro-ambientais com os quais a agricultura tradicional desenvolveu estratégias singulares de convivência aos longos dos séculos passam a ser vistos como males a serem combatidos – a idéia do *“combate à seca”* se incorpora ao vocabulário político. Os arsenais desta guerra vão sendo então transferidos para o Sertão: tratores de esteira, correntões, moto-serras, sementes híbridas, adubos químicos e agrotóxicos, desconfigurando o Sertão e os saberes de seus povos, em mais uma tentativa de *embraquecimento* desta região, no dizer de Costa e Silva, sem, no entanto, *“concretizá-lo plenamente”* (1998).

Postas estas questões, vamos analisar um caso de luta territorial de um povo que, ao ser impactado pelo modelo de desenvolvimento associado à expansão da monocultura do eucalipto, reagiu e vem colocando em cena seus projetos e perspectivas culturais de vida: os geraizeiros da Serra Geral no Norte de Minas Gerais. Este caso se refere, em última análise, ao enfrentamento do processo de desterritorialização promovido pela expansão capitalista no Norte de Minas Gerais, o qual vem operando no sentido de romper o envolvimento das populações locais com o lugar, des-envolvendo-as, sacando do espaço territorial o seu sentido de lugar, de conteúdos simbólicos e de significados, transformando a diversidade em paisagens homogêneas e recusando seus direitos mais básicos ao negar até mesmo suas existências (cf. d'Angelis Filho, 2005).

4. OS GERAIZEIROS DA SERRA GERAL

Os Cerrados dominam os planaltos e platôs da Serra do Espinhaço e fazem contato com a Caatinga nos municípios norte-mineiros de Janaúba, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Salinas. Faixas de transição se expandem pelos Gerais adentro e manchas do que é denominado Carrasco inserem-se neste contexto ecossistêmico. No adentramento na Serra do Espinhaço, conhecida como Serra Geral a partir do município de Francisco Sá, passando pelas cabeceiras dos rios Gurutuba, Vacaria, Salinas e Pardo até a divisa com a Bahia, encontramos vastas chapadas associadas com montanhas e topos de morros e drenadas por centenas de nascentes que vão formar os ribeirões, córregos das bacias dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Travamos aí o conhecimento e o reconhecimento da existência de uma população tradicionalmente denominada como geraizeiros e que possui uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos.

Os geraizeiros da região reconhecem em seu território uma extensão contínua dos "Gerais", terras de Cerrado, recortado por inúmeras zonas ecológicas. Para eles, tais molduras são talhadas assumindo qualidades específicas pela combinação de fatores (qualidade de solos, vegetação, influências sutis deixadas pela rede de drenagem, pelos corpos de água do presente e do passado) que interagem diferenciando os ambientes. É necessário destacar que tais fatores não são vistos de forma isolada, construindo um mosaico único de atributos que se realiza pela sua interação, conformando uma unidade da paisagem. Para os geraizeiros, a unidade é concretamente mais que a soma das partes.

A lógica da ocupação dos terrenos pelos geraizeiros segue uma estratégia de multiusos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades mas respeitando, também, seus limites. A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das vazantes para as culturas mais exigentes. Nos tabuleiros constroem suas moradas, plantam os quintais, criam os pequenos animais e cultivam plantas adaptadas, como mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador e andu. Das chapadas e dos carrascos provêm o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha e madeira para diversos

fins. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência das famílias.

Figura: Estratégia de multiusos das unidades da paisagem (Dayrell, 1998).

A ocupação geraizeira e seus sistemas de produção de natureza agroextrativista conseguiram manter, durante décadas e mesmo séculos, o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas e, principalmente, o delicado equilíbrio hidrológico dos recursos hídricos nesta região do Semi-Árido norte-mineiro. Equilíbrio que consegue manter a umidade das vazantes, vitais para a sustentabilidade de seus sistemas produtivos.

Porém, com a chegada das “firmas” de reflorestamento a partir dos anos 1970, no contexto do “desenvolvimento” que foi conduzido pelo poder público, deu-se início à modernização da região, com a priorização de investimentos públicos e financiamentos subsidiados destinados a grandes projetos de reflorestamento e pecuários. O *locus* dos investimentos ocorreram principalmente nas chapadas, áreas fundamentais para a recarga dos aquíferos. Em substituição aos Cerrados nativos, as monoculturas de eucalipto, pinus ou braquiárias que, com evapotranspirações diferenciadas, vão provocar desequilíbrios mais adiante no delicado equilíbrio hidrológico da região (Silva, 1999).

Para os governos federal e estadual, as terras onde viviam extensas populações de famílias geraizeiras eram tidas como “inteiramente desocupadas e inaproveitadas”, de domínio do Estado, portanto (cf. Ruralminas, s.d.). Instituído o Programa Pólos Florestais, os reflorestamentos das áreas de Cerrado nativo permitiriam “o uso de áreas não apropriadas às explorações agrícolas ou pastoris”. A Fundação Rural Mineira (Ruralminas) foi o órgão do governo mineiro que serviu de instrumento para maquiar a expropriação dos geraizeiros, arrendando suas terras ou mesmo alienando-as, com a justificativa de que se tratava de terrenos devolutos. Junto com o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criaram as condições para a expansão de um milhão de hectares de monocultura de eucalipto e pinus em todo o Norte de Minas Gerais. Estávamos no final da década de 1970:

Eles entraram aí medindo estas chapadas, quem tinha aí uns documentinhos velhos foi tratar logo e vendeu pra eles baratinho. Muitas

terras, prá mim, não compreendi muito, não, pra mim foi grilada
(depoimento de um morador antigo de terrenos “adquiridos” pela antiga Metalur, hoje Rima)

Os moradores dos terrenos, seja dos que foram alienados pelo Estado, seja dos adquiridos através da compra de direitos de posse ou pela venda da terra pelos fazendeiros, foram chamados pelas empresas para negociar a saída das terras. Os que resistiam eram expulsos de forma violenta. No decorrer dos anos assistimos a desestruturação dos sistemas tradicionais de produção de alimentos que dinamizavam as economias locais de forma invisível, pois esta produção não constava na contabilidade oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou do ministério/secretaria de planejamento. Os pilares de sustentação da agricultura familiar tradicional, construídos em séculos de convivência com os ecossistemas e seus limites agroambientais, foram alterados, acentuando-se os desníveis sócio-econômicos, de modo que os recursos naturais (biodiversidade, solos e, principalmente, as águas) entraram num rápido processo de deterioração.

5. A CONTROVÉRSIA SOBRE O IMPACTO DAS MONOCULTURAS DE EUCALIPTO SOBRE AS ÁGUAS

Esta é uma das discussões na qual a academia seguidamente vem sendo confrontada pelo conhecimento e pela vivência seculares dos moradores das áreas de Cerrados, cujas chapadas foram transformadas em maciços monoculturais de eucalipto ou pinus. Existe toda uma bibliografia científica, principalmente aquela acionada pelos interesses ligados aos setores florestal e madeireiro, que garante que a monocultura do eucalipto não impacta os recursos hídricos. Entretanto, pesquisas etnográficas como as desenvolvidas por Dayrell (1998) e Silva (1999), que apontam para o enorme impacto destas monoculturas sobre os recursos hídricos, têm seus argumentos corroborados por outros estudos, como o **Diagnóstico da Sub-Bacia do Riachão** (CAA, 2001), além dos trabalhos recentes de Oliveira, Menegasse e Duarte (2000) e, principalmente, de Lima (1996).

Os principais impactos da monocultura do eucalipto referem-se ao secamento de nascentes, brejos e córregos advindos de uma progressiva diminuição da recarga dos aquíferos freáticos e subterrâneos. Apesar da irregularidade climática do Semi-Árido norte-mineiro, uma infinidade de brejos, nascentes e veredas encontradas ao longo dos Gerais eram considerados verdadeiros oásis que garantiam a produção e o acesso à água, mesmo nos períodos prolongados de seca. Todos os agricultores entrevistados nesta região foram unânimes em afirmar a degradação dos recursos hídricos provocados pelo desmatamento e pelo plantio desta monocultura. Explicam o problema com detalhes:

O início do desmatamento foi em 1976. Tem 15.000 hectares, sendo 11.000 de eucalipto mais antigo. As áreas mais velhas estão largadas. Se voltar a mexer de novo, o pouco de água que tem vai acabar mesmo. Só as areias que vai descendo vai terminar de aterrar as nascentes

(trabalhador rural da Rima, empresa de reflorestamento de Riacho dos Machados)

Lá em cima, nos terrenos de pai, tinha um brejo. Quando chegaram os eucaliptos, desmataram e plantaram tudo de eucalipto, hoje nem mais água tem, secou tudo. Nós tentamos fazer uma horta. Tivemos que fazer uma valeta funda (senhor Ildeu, de Roça de Mandioca)

A maioria das águas secou. Cortaram a Serra. Muitos lugares que tinha água, secaram. A água cortou! (senhor José Ramos, da Fazenda Otonael, em Rio Pardo de Minas)

É tão provável que a cabeceira aqui em cima é seca, quem mora lá sabe, é onde podia ter muita água, porque é cabeceira. Lá não ficou reserva nenhuma. Esta água forte está de uma altura para cá. Pró cima, eles estão de cacimba. Lá é que era para ter água para vir para cá. Mas, por que? Lá na chapada, se eles era de, com o desmate, rodear, largar as duas cabeceiras com o mato que tinha, mas não: eles entrou nas cabeceiras e desmatou tudo. E, para piorar, cá embaixo, os moradores não deixou a reserva de pindaíba. Então, o que virou? É um banco de terra! (senhor Geraldo, de Estivinha)

Os estudos de Oliveira, Menegasse e Duarte (2000) baseados nos resultados de Lima (1996) foram taxativos ao analisarem a diminuição da recarga dos lençóis subterrâneos numa área de 28.350 hectares reflorestados com eucalipto no município de Grão Mogol. Segundo estes autores, os lençóis subterrâneos tiveram um comprometimento anual na recarga com valores da ordem de 164 mm a 225 mm anuais, o que, em volume anual, representava um “valor muito expressivo para uma região tão carente de água” (Oliveira, Menegasse e Duarte, 2000). Transferindo estes dados para a área total plantada com a monocultura de eucalipto durante as décadas de 1970 e 1980 (segundo o Ibama, um milhão de hectares) e utilizando o índice menor – 164 mm – de diminuição anual da recarga, teremos uma cifra assustadora do impacto da monocultura nos lençóis subterrâneos do Norte de Minas Gerais, quais sejam, 1.640.000.000 m³ anuais (um bilhão e seiscentos e quarenta milhões de metros cúbicos anuais). Vejamos a *Tabela 1* abaixo:

TABELA 1
VOLUME ESTIMADO DE DIMINUIÇÃO DA RECARGA DOS LENÇÓIS
SUBTERRÂNEOS (m³/ANO) PROVOCADOS PELA MONOCULTURA DO
EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS GERAIS

Diminuição da recarga (em mm anuais), considerando o índice de 164 mm/ano	Volume (m³/ano)
Área 1: 1 hectare	1.640
Área 2: 1.000 hectares	1.640.000
Área 3: 170.000 hectares	278.800.000
Área 4: 1.000.000 hectares	1.640.000.000

Para se ter uma idéia do significado deste impacto na diminuição da recarga dos lençóis, este valor representa, em termos de volume, duas vezes o total armazenado na Barragem Bico da Pedra, localizada em Janaúba. Construída para viabilizar o pólo irrigado do Gurutuba, ela consegue armazenar um total de 750 milhões de m³ de água. Ou seja, seria como se o Norte de Minas Gerais perdesse anualmente em seus lençóis o mesmo volume do total armazenado por duas barragens do porte da do Bico da Pedra. Volume esse sugado vorazmente pelos maciços monoculturais de eucalipto no Norte de Minas Gerais, explicando o porquê do secamento e da diminuição de milhares de nascentes nesta região tão carente de água.

Ou, se compararmos o impacto referente à área de 170.000 hectares reivindicada pelas comunidades geraizeiras, a diminuição da recarga atinge valores de 278,8 milhões de m³ de água, o que representa, em apenas um ano, 82% do volume total a ser armazenado pela polêmica barragem de Berizal em construção pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Ou seja, a devolução legitimamente reivindicada pelos geraizeiros do Alto Rio Pardo e sua reconversão para sistemas agroextrativistas pode legar, anualmente, uma ampliação da recarga de pelo menos 50% do volume total que seria armazenado na Barragem de Berizal, um serviço ambiental com um custo muito inferior ao que está previsto para esta barragem.

Se considerarmos o tempo médio de sete anos concernente ao período do desenvolvimento do eucalipto, do plantio à colheita, ou os 21 anos referentes aos três cortes que esta cultura propicia, teremos um valor ainda mais significativo, sinalizando como acertadas as observações seguidamente re-afirmadas pelas populações locais que vivem no entorno das monoculturas de eucalipto sobre os impactos desta atividade nos recursos hídricos.

6. RESISTÊNCIA E CONTRAPOSIÇÃO: A TERRITORIALIDADE DOS GERAIZEIROS EM CONSTRUÇÃO

A população impactada pelos maciços monoculturais no Norte de Minas Gerais é significativa, mas nunca tiveram seus pleitos reconhecidos, muito menos o reconhecimento enquanto população tradicional portadora de um legado formador da matriz cultural brasileira. Além dos impactos sobre os recursos hídricos que vem provocando o secamento e o assoreamento dos mananciais, a restrição no uso das chapadas levam a uma intensificação do uso intensivo nas grotas, inviabilizando ainda mais seus sistemas culturais de produção. Por outro lado, está em curso no Norte de Minas Gerais, particularmente na região do Alto Rio Pardo, uma intensa mobilização das comunidades geraizeiras no sentido de reversão deste gravíssimo quadro social e ambiental. Elas propõem aos governos estadual e federal que assumam o grave passivo sócio-ambiental provocado pela política desenvolvimentista desencadeada nas décadas de 1970 e 1980 e que retomam com toda força nos governos Aécio Neves e Luiz Inácio Lula da Silva, como bem o indicam os Planos Plurianuais (PPAs) de ambas as esferas do poder executivo.

As comunidades propõem o *Projeto de Reconversão Agroextrativista*, o qual prevê a devolução de 170.000 hectares de terra, arrendados durante as

décadas de 1970 e 1980, para cerca de 3.000 famílias de geraizeiros que vivem em dezenas de comunidades da região do Alto Rio Pardo, a exemplo da intensa luta desencadeada na comunidade de Vereda Funda. No relato a seguir (cf. STR/RPM e CAA/NM, 2004) é feito um retrospecto do processo de construção deste projeto, iniciado ainda quando o Estado de Minas Gerais era governado por Itamar Franco, e que até hoje continua sendo sistematicamente ignorado pelos poderes públicos:

“Durante este mesmo período, o Estado de Minas Gerais cria o Instituto de Terras (Iter) e uma de suas primeiras incumbências foi o de procurar resgatar as terras públicas arrendadas para empresas reflorestadoras a partir do final dos anos 70, cujos primeiros contratos estavam começando a expirar. Constatou-se um descalabro com a coisa pública: dos contratos constavam diversas irregularidades, poucas empresas pagavam o arrendamento e a maioria não estava disposta a devolver as terras para o Estado. Muitas destas áreas estavam abandonadas, com os Cerrados em franca regeneração, com as famílias de geraizeiros retomando suas estratégias de coleta e manejo extrativistas dos terrenos de chapadas. E, também, a existência de um passivo ambiental de largas proporções, pois imensas voçorocas aterravam nascentes e córregos que formam os rios afluentes que compõem as bacias do São Francisco, Pardo e Jequitinhonha”.

“Inicia-se uma batalha judicial visando o resgate das terras, enquanto nos bastidores trava-se um debate sobre o destino das terras, inicialmente avaliadas em cerca de 230.000 hectares. De um lado, o jogo de interesses dos empresários do setor florestal e do ferro-gusa e aço, interessados em re-expandir a monocultura do eucalipto nestes mesmos terrenos. Do outro lado, os movimentos sociais. (...) O Iter opta neste momento por garantir a devolução dos terrenos arrendados às comunidades ou, então, transformá-los em unidades de conservação. Ainda antes do ano de 2000, o STR de Rio Pardo de Minas passou a ser procurado por representantes de comunidades rurais cujas terras foram arrendadas pelo Estado. Chegavam aos ouvidos das comunidades que os contratos estavam chegando ao fim, sinalizando possibilidades das terras retornarem aos antigos donos. Em 2001, o STR de Rio Pardo do Minas propôs a inclusão deste tema no processo de elaboração do PMDR do município, o que resultou num programa muito aquém do esperado – apenas a legitimação de terras devolutas. O plano que foi elaborado não contou com a participação das comunidades e não considerou a questão da concentração de terras nas mãos das reflorestadoras”.

“Ainda em 2001, a comunidade de Água Boa se levanta contra a intenção de um empresário em grilar cerca de 4.000 hectares da região de chapada denominada de Areão para implantar um projeto de reflorestamento. Com o apoio da Promotoria Pública da Comarca, com o apoio da população, de estudantes da rede pública municipal e estadual que fazem manifestação junto ao Fórum contra o desmatamento da chapada do Areão, local de coleta extrativista de mais de uma centena de famílias e de nascentes dos poucos córregos ainda perenes, a justiça embarga o desmatamento e obriga o empresário a reparar os danos causados. Inicia-se a discussão para transformar esta área em Reserva Extrativista”.

“Em 2002, o STR constituiu a Secretaria de Reforma Agrária e esta começou a visitar e debater com as comunidades propostas para reocupação das terras públicas. As respostas das comunidades obrigaram o STR a articular uma rede de parcerias para dar continuidade ao processo. No dia 6 de abril de 2003 foi realizada a 1ª Assembléia das Comunidades Atingidas pela Monocultura do Eucalipto de Rio Pardo de Minas, o que aconteceu na comunidade de Brejinho, bem no meio do eucaliptal plantado em frente às casas dos moradores. Esta assembléia contou com a participação de representantes de 26 comunidades e aprovou a proposta “Reconversão Agroextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris”. Em 25 de abril de 2003, esta proposta foi apresentada ao Secretário Extraordinário de Assuntos da Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais, deputado Marcelo Gerônimo Gonçalves, e ao presidente do Iter, Dr. Luiz Chaves”.

A partir daí as comunidades começam a se movimentar de forma mais articulada, entre elas a de Vereda Funda, cujo contrato de arrendamento terminaria neste mesmo ano. Os movimentos sociais se unem e assessoram a comunidade elaborando uma proposta de reocupação produtiva e ambiental das chapadas no seu entorno, em mãos da Florestaminas e da Gerdau. Mas o governo mineiro, pressionado pelo setor florestal e guseiro, toma a decisão de ir renovando os contratos com as reflorestadoras. Em Minas Gerais, a Via Campesina inicia sua articulação junto a comunidades tradicionais e apóia a ocupação da comunidade de Vereda Funda (ocorrida em 2004), que consegue finalmente negociar com a Florestaminas, intermediado pelo Iter, a devolução de 5.800 hectares para a comunidade em um prazo de até dois anos, com 1.300 hectares a serem devolvidos ainda em 2005.

7. A UTILIZAÇÃO DOS NOVOS “ARSENALS BÉLICOS” E O SILÊNCIO TÁCITO NA MÍDIA

A entrada em cena do governo Aécio Neves muda o panorama das possibilidades de negociação da devolução dos terrenos arrendados às comunidades geraizeiras da região. O “*apagão florestal*”, termo convenientemente cunhado neste novo contexto, cumpre o papel de justificar junto à mídia a nova investida do setor siderúrgico e de celulose sobre a necessidade de ampliar os maciços monoculturais de eucalipto dentro do governo mineiro. O governo Lula coloca em seu plano de metas a ampliação da monocultura para onze milhões de hectares, enquanto, no âmbito internacional, os denominados MDL, através do Comércio de Emissões, sugerem financiar a expansão da monocultura com projetos vendidos como “sorvedouros de carbono”, lubrificando ainda mais os arranjos produtivos ligados ao setor.

A Plantar, uma das empresas reflorestadoras responsáveis por inúmeros impactos ambientais em diversos municípios do Norte e do Centro de Minas Gerais, apresenta um projeto considerado modelo em Colônia (Alemanha), durante a ExpoCarbon. E o selo FSC (de Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal), concedido a duas grandes empresas (a Plantar e a VM Florestal, também responsáveis por graves danos ambientais e sociais

no Norte mineiro), se apresenta como um poderoso instrumento de marketing de que tais plantações são manejadas de forma responsável.

Por outro lado, em diversas localidades, iniciativas descentralizadas dos camponeses *encurralados* promovem enfrentamentos silenciosos, arrancando mudas de eucalipto recém-plantadas na calada da noite, derrubando pés de eucalipto e, em casos extremos, pondo fogo nas plantações. As comunidades geraizeiras não se contentam apenas com denúncias, pois essas ficam paralisadas nas gavetas das instituições públicas responsáveis, e passam a fazer empates, paralisando tratores e carvoarias. Ampliaram o leque de articulações envolvendo STRs do Alto Rio Pardo, a Cáritas Diocesana, a Associação Casa de Ervas Barranco de Esperança e Vida (Acebev), que desenvolve trabalhos com fitoterapia e saúde popular no âmbito da Diocese de Janaúba (MG), o Centro de Agricultura Alternativa (CAA), o Centro de Referência Geraizeira, (CRG), com sede em Rio Pardo de Minas (MG), a CPT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e uma rede de colaboradores sociais.

Esta articulação regional é reforçada por redes mais amplas, como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a Via Campesina, a Rede Cerrado e a Articulação do Semi-Árido (ASA), o que tem possibilitado que representantes locais dialoguem com lideranças que enfrentam problemas parecidos em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e até mesmo em outros países, como Equador, Uruguai, Argentina, Nicarágua e Costa Rica, além de viagens e contatos com países do Norte, como Estados Unidos, Itália, Alemanha e Suécia.

Em 2003, os geraizeiros realizaram a primeira autodemarcação de território na comunidade de Vereda Funda, construindo uma cabana no centro do terreno de cinco mil hectares que havia sido arrendado para a Florestaminas (cujo contrato expirara em 2002, ainda que a empresa se recusasse a devolver pacificamente o terreno) e elaborando um projeto específico de reconversão agroextrativista desta área. No ano seguinte, realiza o 1º Encontro de *Encurralados* pela Monocultura do Eucalipto e apresenta suas reivindicações para representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas a omissão das instituições vai levando ao descrédito numa saída negociada no âmbito das políticas públicas. Em novembro de 2004, a Via Campesina ajuda a organizar um acampamento em Vereda Funda, enquanto camponeses desesperados destroem três baterias com 69 fornos e põem fogo no carvão e nos caminhões utilizados pelas firmas empreiteiras. Em Minas Gerais e outras regiões, camponeses destroem viveiros de mudas de eucalipto. Para tudo isso, a resposta é o silêncio tácito das instituições e empresas, enquanto a mídia encontra-se blindada ao não divulgar suas lutas, numa estratégia quase que combinada de invisibilização deste povo e de seus projetos.

8. UMA OUTRA ECONOMIA É POSSÍVEL: O PROJETO DE RECONVERSÃO AGROEXTRATIVISTA

Tendo como referência o Projeto de Reconversão Agroextrativista apresentado ao governo mineiro em 25 de abril de 2003 solicitando a devolução de 75.000

hectares arrendados no município de Rio Pardo de Minas, a comunidade de Vereda Funda articulou, junto com o STR/RPM e o CAA/NM, a elaboração de um projeto específico para negociação com a Secretaria Extraordinária de Assuntos para a Reforma Agrária de Minas Gerais. Reuniões, encontros e incursões foram realizados para definir uma proposta a partir do contexto sócio-econômico e ambiental específico da comunidade, o que resultou no documento em questão, apresentado formalmente, após uma série de contatos e reuniões com o Iter e a Secretaria de Reforma Agrária, em outubro de 2004. O projeto visava

promover a implantação de um assentamento agroextrativista visando a reocupação e utilização sustentável das terras públicas arrendadas no entorno da comunidade de Vereda Funda, beneficiando diretamente as 133 famílias de geraizeiros que vivem no seu entorno. Prevê o estímulo à produção diversificada de alimentos, madeira e lenha, a segurança alimentar e a geração de empregos, através da transição para sistemas agroextrativistas, tendo como referência os potenciais ecossistêmicos e culturais do território e a melhoria da qualidade de vida (STR/RPM e CAA/NM, 2004)

Este projeto demonstrava a viabilidade de se desenvolver um processo de reconversão da monocultura de eucalipto para sistemas agroextrativistas através de um conjunto de ações capazes de promover a dinamização das atividades econômicas, a inclusão social de um setor significativo da agricultura familiar e a revitalização dos serviços ambientais dos ecossistemas locais extremamente impactados por quase três décadas de degradação provocada pela eucaliptocultura.

A transição agroextrativista proposta tem como referência a estratégia produtiva dos agricultores que vivem nos Gerais, articulando as demandas dos agroecossistemas confinados nas grotas com atividades produtivas associadas com o uso e o manejo das chapadas e estimulando os processos relacionados ao beneficiamento e à comercialização da produção, dinamizando, à jusante do processo produtivo, atividades econômicas de agregação de valor, de maneira a envolver diretamente as famílias das localidades como dos povoados e da sede do município. A idéia consiste em transformar a área pública de domínio do Estado num Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), conforme as Portarias que regulamentam esta modalidade de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fazendo as devidas adequações para o ambiente do Cerrado e a lógica produtiva das populações dos Gerais. Como base para a reconstrução dos agroecossistemas familiares, propõe-se um modelo que prevê um manejo extensivo e controlado em 58% do território (38% como parcela de manejo extrativista e 20% como Reserva Legal), além de, entre os 41% alocados para a produção familiar e comunitária, 30% se destinarem à implantação de sistemas silvipastoris e agroflorestais, a partir de experiências concretas que já vêm sendo desenvolvidas na própria comunidade.

PLANO DE OCUPAÇÃO	COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA			
Número de famílias	133	Área Total	8.840	

Ocupação da Parcela	Quantidade	Área	Total	%
Familiar	60	30	1.800	20
Produção Comunitária	73	25	1.825	21
Manejo Extrativista	133	25	3.325	38
Reserva Legal			1.768	20
Infra-Estrutura Comunitária	4	30	122	1
			8.840	100

O projeto demonstrou a viabilidade de um incremento significativo na produção, pelas 133 famílias diretamente envolvidas, de farinha e fécula de mandioca, frutos (como abacaxi, banana, manga, caju e cajá), café em coco, urucum, pequi, maracujá nativo e óleo de rufão, além de produtos de origem animal, como bezerras, leitões, frangos, ovos, leite e mel. Outros produtos florestais serão produzidos (a exemplo de madeira nobre e carvão), contribuindo para o atendimento de parte da demanda de produtos de origem madeireira requerida por alguns setores industriais da sociedade brasileira.

Além de promover ações de recuperação dos ecossistemas locais, o projeto apresentado pode viabilizar uma renda bruta anual por família com valores que variam de R\$ 15.000,00 a R\$ 30.000,00 e a geração de pelo menos quatrocentos empregos diretos, contra apenas vinte se se mantivesse a lógica produtiva do agronegócio associado aos maciços monoculturais de eucalipto.

A proposta de reconversão agroextrativista elaborada pela comunidade de Vereda Funda serve de base para uma discussão concreta que deve envolver tanto o governo mineiro quanto o federal, no sentido de uma perspectiva diferenciada de promoção de uma política florestal que considere os ecossistemas locais e a tradição cultural de suas populações, não apenas para pagar uma dívida social que é premente como também para dinamizar de maneira endógena arranjos produtivos que favoreçam o aumento da poupança de seus pequenos municípios e da circulação de riqueza, preferencialmente entre seus moradores e de forma mais equitativa e descentralizada, gerando renda, empregos e a injeção de impostos na economia dos pequenos municípios tidos hoje como possuidores dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Minas Gerais. Em 2004, esta articulação pontuou um anteprojeto de desenvolvimento territorial apresentado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a seguinte justificativa:

Este território é portador de um patrimônio marcante do legado Agri-cultural dos sertões do Norte de Minas. É esta agri-cultura que produz os mais importantes signos que dão identidade regional – a cachaça de Salinas, “a melhor cachaça do mundo”, a goma de Rio Pardo, o óleo de pequi. Dos arranjos produtivos que dão origem a estes produtos pouco se beneficiam os agricultores familiares. Os intercâmbios desiguais estabelecidos entre os agricultores familiares e as atividades ao entorno da produção têm provocado um aprofundamento crescente do empobrecimento da agricultura e dos agricultores, pondo em risco de fencimento produtores e produtos

símbolos da identidade regional. As ações que propomos neste projeto buscam a construção de novos pactos territoriais sobre os quais os agricultores desta regional possam se beneficiar do desenvolvimento (STR/RPM e CAA/NM, 2004a)

E entre as linhas de ação, merecem destaque:

Reordenamento e Gestão Territorial: legitimação fundiária e de territórios que foram expropriados, reforma agrária, criação de unidades de conservação; Educação Contextualizada e Apropriada aos agricultores familiares; Pesquisa e Desenvolvimento: acompanhamento e assessoria técnica em programas de transição agroecológica; Produção e Comercialização: rearranjo da cadeia de produção da farinha, da goma, da cachaça, dos frutos e óleos do Cerrado, do doce de marmelo etc.; Recuperação, Conservação e Preservação Ambiental: recuperação e conservação de nascentes; Criação de Reservas Extrativistas e Agroextrativistas; Corredores de vegetação (idem)

A articulação social dos geraizeiros presente hoje nos Gerais da Serra Geral e do Alto Rio Pardo, limitados no acesso à água e encurralados pela monocultura de eucalipto, frutos da dinâmica de um modelo de desenvolvimento da agricultura excludente e degradador, apresenta um projeto de reversão deste quadro em busca de um reposicionamento cultural, econômico e ambiental, em direção ao seu reconhecimento social enquanto população tradicional detentora de direitos e saberes.

9. A RECONVERSÃO NO CONTEXTO DE RETERRITORIZAÇÃO GERAIZEIRA

Apesar da pressão sócio-econômica e ambiental, constatamos, nos planaltos da Serra Geral, o esboço de um dinamismo produtivo que vive a tensão típica de um contexto de mudança. Subsistem estratégias produtivas tradicionais que, mesmo de forma limitada, ainda estão garantindo a sobrevivência de um número expressivo de famílias. Agricultores tradicionais que experimentaram a produção, incorporando o padrão tecnológico considerado “moderno”, influenciado pelas políticas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), enfrentam problemas de alto custo da produção e as dificuldades relativas ao mercado e, em sua grande maioria, para saldarem seus débitos com o sistema financeiro, tiveram que contar com o perdão de parcela da dívida, negociada com o governo federal.

Deparamo-nos também com experiências produtivas que articulam o tradicional e o moderno, explorando suas potencialidades e convivendo com os limites. Como exemplo, os produtores de farinha e goma, os produtores de cachaça, que associam a criação de animais com a solta (onde ela ainda existe) nas áreas de chapadas, os pequenos pecuaristas ou mesmo os pequenos fazendeiros que também se dedicam à atividade extrativista de lenha, frutas e plantas medicinais. Em geral, estas famílias encontram na integração do extrativismo com o cultivo diversificado de frutíferas e cafezais nos quintais, com o plantio de roça “na meia” e com a criação de pequenos

animais a estratégia de otimização do uso dos poucos recursos que dispõem. No entanto, a maior parte destes que vivem *encurralados* pela monocultura do eucalipto se vê obrigada a complementar a renda com a migração, o trabalho temporário ou a se valerem da aposentadoria de um ou mais membros da família. Quando não conseguem mais resistir, mudam suas residências para os povoados, vilas e periferias das cidades (cf. Brito, 2005).

Existem articulações produtivas em diversas localidades ao longo dos Gerais, entre as quais a Cooperativa Grande Sertão, que articula um grupo de agroextrativistas com o beneficiamento de frutos nativos e dos quintais, e cujas ações são qualificadas com o apoio do CAA/NM, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG). Encontramos também experiências de manejo silvipastoris e de uso de plantas medicinais em projetos que contam com o apoio da Articulação Pacari. Com a chegada do MST ao Norte de Minas Gerais e o apoio da CPT, fortaleceu-se a organização dos agricultores sem terra e alguns acampamentos e assentamentos estão em fase de negociação ou de implantação pelo INCRA-MG. Ampliou-se também o enfrentamento mais organizado contra a construção da Barragem de Berizal (pelo DNOCS), prevista para beneficiar grupos privados de empresários associados a projetos de irrigação e pólos agroindustriais, em mais uma tentativa de subordinação dos geraizeiros.

Um dos desafios colocados para os geraizeiros da Serra Geral, em sua maioria confinados nas grotas, vilas e pequenos povoados, reside justamente na ampliação dos espaços de uso e manejo. Eis algumas de suas principais reivindicações:

- Implementação do Programa de Reconversão Agroextrativista da monocultura do eucalipto em 170 mil hectares de terras que foram arrendadas pelo Estado, beneficiando diretamente três mil famílias;
- Delimitação de áreas de extrativismo, de forma a viabilizar a implantação de Reservas Extrativistas (Resex);
- Desapropriação de latifúndios e implantação de assentamentos agroextrativistas;
- Apoio aos processos descentralizados de beneficiamento e comercialização dos produtos culturais dos camponeses;
- Revalorização da identidade de seus produtos;
- Implantação de projetos coletivos para resgate das estratégias tradicionais de reprodução que norteiem a ocupação do território e viabilizem a inserção da comunidade no mercado regional de agrobiodiversidade;
- Zoneamento agroecológico da monocultura do eucalipto, limitando seu plantio em, no máximo, 5% das microbacias hidrográficas;

- Implementação de programa participativo de combate à desertificação.

Buscamos relatar nas últimas seções não apenas o drama vivido por sociedades que tiveram seus direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais negados mas, principalmente, a resistência e a luta pela visibilização e pelo reconhecimento social que vêm encetando, no sentido de seus membros serem reconhecidos como cidadãos e cidadãs brasileiros, ao tempo em que seja respeitado seu direito à diferença, à manutenção e ao re-envolvimento de suas sociedades. Por outro lado, narra a saga de um povo que não quer mais se sujeitar a descer a Serra para vender de forma aviltante sua força de trabalho nos cafezais, canaviais e carvoarias. Estas pessoas querem retomar seus territórios, promover a recuperação ambiental dos ecossistemas onde habitam, vivendo *no* e *do* lugar legado pelos seus ancestrais, para, aí sim, voltarem a descer a Serra, aos mercados e à sociedade, apresentando-se como geraizeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). **Opciones de inversión en la economía rural de América Latina y el Caribe**. Washington, Departamento de Desarrollo Sustentable, 1999.
- Brito, I. **Comunidade e território sobre a monocultura do eucalipto: o caso da comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas**. Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes), 2005. (mimeo)
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM). **Diagnóstico do Riachão: Recuperação e manejo dos recursos hídricos: a participação da sociedade civil em programas de gestão ambiental**. Riachão, CAA/NM, 2001. (mimeo)
- Costa, João Batista de Almeida. "A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas". In Santos, G. R. (org). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros, Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 77-97.
- _____. "O ser da sociedade sertaneja e a invisibilização do negro no Sertão Norte dos Gerais". In Luz de Oliveira, Cláudia e Dayrell, Carlos Alberto (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, Centro de Agricultura Alternativa (CAA); Goiânia, Agência Ambiental de Goiás, 2003.
- Costa e Silva, René Marc da. **Por onde o povo anda...: a construção da identidade quilombola dos negros de Rio das Rãs**. Tese de Doutorado. Brasília, Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 1998. (mimeo)
- D'Angelis Filho, João Silveira. **Políticas locais para o des-envolvimento local no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supralocal**. Temuco, Universidad Católica de Temuco, 2005.
- Dayrell, Carlos Alberto. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Dissertação de Mestrado. Huelva, Universidad Internacional de Andalucía, 1998. (mimeo)

- Fundação Rural Mineira (Ruralminas). **Histórico e resumo dos contratos sobre distritos florestais (Documento II)**. Belo Horizonte, Ruralminas, s.d.
- Furtado, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- Leff, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. México, Siglo XXI, 1998.
- Lima, W. P. **Impacto ambiental do eucalipto**. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1996.
- Oliveira, F. R.; Menegasse, L. N. e Duarte, U. **Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de Cerrado, no Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. S.c.p., 2000. (mimeo)
- Porto Gonçalves, Carlos Walter. "As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas". In Luz de Oliveira, Cláudia e Dayrell, Carlos Alberto (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, CAA; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, p. 19-46.
- _____. "Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003". In Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil, 2003**. Goiânia, CPT, 2004, p. 9-26.
- Pozo, Osmar Vicente. **Regimes de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos Recursos Comuns no Norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), 2002. (mimeo)
- Rist, Gilbert. **The history of development: from western origins to global faith**. Londres/Nova York, Zed, 1997.
- Sachs, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- Silva, Carlos Eduardo Mazzetto. **Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), 1999. (mimeo)
- _____. "Apresentação". Montes Claros, IVº Encontro dos Povos do Cerrado, 2005. (*power point*)
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas (STR/RPM)/Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM). **Projeto de Reconversão Agroextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris. Comunidade de Vereda Funda**. Rio Pardo de Minas/Montes Claros, STR/RPM; CAA/NM, 2004. (mimeo)
- _____. **Programa de Desenvolvimento do Território do Alto Rio Pardo**. Salinas, set., 2004a. (mimeo)
- Toledo, V. M. **La apropiación campesina de la naturaleza: un análisis etnoecológico**. México, s.c.p., 1996. (mimeo)

* João Silveira D'Angelis Filho é técnico do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) e membro da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). [dangelis@caa.org.br]

*** Carlos Alberto Dayrell é engenheiro agrônomo, ambientalista e pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM). [cadayrel@ig.com.br]*